

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS – MPMG**

**CONCURSO PÚBLICO  
Nº 1/2022**



**Oficial do Ministério Público –  
Serviços Diversos**

**Tarde**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO  
CONSULPLAN**

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CARGO/ESPECIALIDADE: OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SERVIÇOS DIVERSOS**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Texto para responder às questões de **01** a **09**.

**Conceitos da vida cotidiana**

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana.

Para dar uma ideia de como um conceito pode ser metafórico e estruturar uma atividade cotidiana, comecemos pelo conceito de DISCUSSÃO e pela metáfora conceitual DISCUSSÃO É GUERRA. Essa metáfora está presente em nossa linguagem cotidiana numa grande variedade de expressões: seus argumentos são indefensáveis; ele atacou todos os pontos da minha argumentação; e, destruí sua argumentação.

É importante perceber que não somente falamos sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com quem discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Planejamos e usamos estratégias. Se achamos uma posição indefensável, podemos abandoná-la e colocar-nos numa linha de ataque. Muitas das coisas que fazemos numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra.

Esse é um exemplo do que queremos dizer quando afirmamos que um conceito metafórico estrutura (pelo menos parcialmente) o que fazemos quando discutimos, assim como a maneira pela qual compreendemos o que fazemos.

(LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Texto adaptado de Metáforas da vida cotidiana. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ., 2002, p. 45-47.*)

**Questão 01**

Acerca do 1º§ do texto pode-se afirmar que o enunciado apresenta, em sua introdução, como estratégia argumentativa:

- A) Citação de um exemplo prático quando cita o cotidiano e os conceitos da vida cotidiana.
- B) Expressão de um conceito que será sustentado a partir do desenvolvimento das ideias nos parágrafos seguintes.
- C) Emprego de uma linguagem predominantemente metafórica que contribui com o desenvolvimento das ideias apresentadas a seguir.
- D) Contraposição estruturada a partir da exposição de um conceito estabelecido que está em oposição ao posicionamento do enunciador.

**Questão 02**

Reconhecendo-se a função exercida pelo emprego do travessão em “[...] *um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária.*” (1º§), assinale a afirmativa correta.

- A) Sua substituição por dois pontos manteria a correção original.
- B) Sua função equivale à função das vírgulas empregadas no mesmo período.
- C) Poderia ser substituído pelo ponto, já que a estrutura seguinte trata-se de um novo tópico frasal.
- D) Possui indicativo de carga semântica negativa, já que estabelece a separação entre ideias que vão de encontro umas às outras.

**Questão 03**

O emprego de sinal indicativo de crase em “*restrita à linguagem*” (1º§) é obrigatório porque

- A) na linguagem formal, quando ocorre o emprego da preposição “a” entre dois substantivos femininos, o “a” será craseado.
- B) “*linguagem*” exige que o complemento seja regido pela preposição “a” e, depois de “*restrita*”, de acordo com o contexto, há artigo definido feminino singular.
- C) “*restrita*” exige que o complemento seja regido pela preposição “a” e, antes de “*linguagem*”, de acordo com o contexto, há artigo definido feminino singular.
- D) “*restrita*” exige o emprego da preposição “a” e, antes de “*linguagem*”, de acordo com o contexto, existe a possibilidade do emprego do artigo indefinido feminino singular.

**Questão 04**

O emprego da linguagem metafórica, de que trata o texto, pode ser identificada, de acordo com o significado dos vocábulos e expressões, de acordo com o contexto, em:

- A) “Quando vai ser a disputa de terceiro lugar da Copa do Mundo?” (<https://www.lance.com.br/copa-do-mundo>)
- B) “Copa do Mundo em tempo real: Últimas notícias do torneio e da Seleção” (Yahoo Esportes. 8 de dezembro de 2022)
- C) “Copa do Mundo: como lidar com o turbilhão de emoções e a pressão pelo hexa” (Estado de Minas 18/12/2022)
- D) “Chefe da copa do mundo fala sobre morte de operário: ‘ciclo natural da vida’” (Aventuras na história uol. 08/12/2022)

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 05**

De acordo com o gênero textual a que pertence o texto “*Conceitos da vida cotidiana*”, pode-se afirmar que o mesmo tipo de linguagem utilizada está exemplificado a seguir, com **EXCEÇÃO** de:

- A) “Jogadores de futebol podem ser vítimas de estereotipação.”
- B) “A linguagem é usada de modo informal em situações familiares, reuniões entre amigos.”
- C) “O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que deve ser enfaticamente combatida.”
- D) “Se não se resolve as questões adequadamente, a gente pode correr o risco de termos seríssimos problemas no futuro.”

**Questão 06**

Considerando a relação de sentido estabelecida entre o primeiro e segundo períodos do texto, é correto afirmar que:

- A) A expressão “*Por mais que*” poderia substituir a expressão “*Mais do que isso*”.
- B) Poderia ser acrescentado, antecedendo a expressão “*Mais do que isso*”, o termo “*Contudo*”.
- C) A omissão da expressão “*Mais do*” provoca realce do referente indicado pelo vocábulo “*isso*”.
- D) A expressão “*Mais do que isso*” possui, no contexto, um dos sentidos possíveis do vocábulo “*aliás*”.

**Questão 07**

“Os conceitos **(1)** que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. **(2)** Eles governam também a nossa atividade cotidiana até **(3)** nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. **(4)** Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana.” (2º§) Dentre os termos destacados anteriormente, pode-se afirmar que atuam como elementos de referência, contribuindo para o estabelecimento da coesão textual, os indicados de acordo com a numeração:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.

**Questão 08**

No discurso linguístico, uma mesma realidade pode ser apresentada por vocábulos positivos, neutros ou negativos de acordo com a carga semântica pretendida no contexto no qual estão inseridos. Em “*Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana.*” (2º§), pode-se afirmar que o adjetivo “*central*” foi empregado para expressar ideia que indica uma carga semântica:

- A) Neutra.
- B) Positiva.
- C) Negativa.
- D) Indefinida.

**Questão 09**

Em “*A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética [...]*” (1º§), o emprego de vírgulas é:

- A) Obrigatório, separando orações coordenadas.
- B) Facultativo, já que não há regra que justifique seu emprego.
- C) Obrigatório, separando expressão intercalada que interrompe uma sequência.
- D) Facultativo, sendo possível sua omissão sem qualquer prejuízo semântico ou gramatical.

**Texto para responder às questões de 10 a 14.**

**Empresa é condenada em R\$ 50 mil por assédio sexual a jovem aprendiz**

A Justiça do Trabalho da 2ª região condenou duas empresas a pagar R\$ 50 mil por assédio sexual praticado contra uma adolescente e extinguiu o contrato de aprendizagem da jovem por culpa do empregador.

A decisão proferida na 17ª Vara do Trabalho de SP pela Juíza do Trabalho Lorena de Mello Rezende Colnago reconheceu a responsabilidade solidária e objetiva das companhias, considerando-se o princípio integral da proteção da criança e do adolescente e o meio ambiente de trabalho sadio.

A jovem, que foi admitida por uma das instituições para prestar serviços na outra como aprendiz, narrou em depoimento que o gerente da firma costumava fazer elogios sobre sua boca, vestimentas e batom.

No BO que registrou com o pai, consta que o superior hierárquico pediu que fosse levado um aparelho celular na sala dele, ocasião em que a beijou no pescoço. A vítima disse também não ter sido informada sobre os canais de denúncia na empresa e que relatou os fatos a uma colega de trabalho quando ainda prestava serviço ao estabelecimento.

Em defesa, uma das companhias afirma que não encontrou nada que desabonasse a conduta do gerente, negou os episódios e confirmou que o homem continua trabalhando no local. Já a outra entidade argumentou que a adolescente recusou atendimento psicológico e visitas de assistentes sociais oferecidas. A terapia, porém, só foi oferecida após o ajuizamento da ação.

Na sentença, a magistrada explica a dificuldade de se provar o assédio sexual porque “a conduta do assediador é realizada às sombras, normalmente longe dos olhos e ouvidos de outras pessoas, na clandestinidade”. E pontua que a violação praticada contra a adolescente, ainda que na ausência de outras pessoas, afeta sensivelmente o desenvolvimento psicológico da vítima. Lembra também que a importunação sexual, subtipo do assédio sexual e modalidade praticada pelo agressor, é conduta prevista no CP.

Baseando-se no protocolo do CNJ para julgamento de casos com perspectiva de gênero, a magistrada destacou que a conduta das entidades descumpra normas da Organização Internacional do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a julgadora, a jovem deixou de ser acolhida até mesmo pelas mulheres empregadas das duas reclamadas e a fala da aprendiz foi desqualificada, tanto no ambiente laboral

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

quanto na audiência. Isso porque “a defesa reconhece e a preposta confessa, ainda que nas entrelinhas, que a palavra do gerente vale mais do que a da adolescente”.

A julgadora lembra que acontecimentos do tipo, em geral, não são comunicados às autoridades “tamanho vergonha, constrangimento e humilhação causados nas vítimas”. E ao considerar o BO como indício suficiente de prova, menciona a importância do pai no desfecho do caso. Em suas palavras, a garota “teve em seu genitor um ponto de apoio seguro, que, a partir de uma escuta ativa, não só noticiou os fatos às autoridades policiais como foi à 1ª reclamada com a adolescente noticiar o ocorrido”.

O processo corre em segredo de justiça.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/378404/empresa-condenada-em-r-50-mil-por-assedio-sexual-a-jovem-aprendiz>. Acesso em: dezembro de 2022.)

### Questão 10

Considerando o emprego dos modos verbais, dentre os fragmentos destacados a seguir, pode-se afirmar que há equivalência com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] e que relatou os fatos a uma colega de trabalho [...]”
- B) “[...] que fosse levado um aparelho celular na sala dele, [...]”
- C) “[...] reconheceu a responsabilidade solidária e objetiva das companhias, [...]”
- D) “[...] o gerente da firma costumava fazer elogios sobre sua boca, vestimentas e batom.”

### Questão 11

Em “A jovem, que foi admitida por uma das instituições para prestar serviços na outra como aprendiz, narrou em depoimento que o gerente da firma costumava fazer elogios sobre sua boca, vestimentas e batom.” (3º§), as vírgulas empregadas apresentam como justificativa:

- A) Separação de expressão restritiva.
- B) Separação de oração adjetiva explicativa.
- C) Isolamento de oração subordinada adverbial.
- D) Separação de oração deslocada dentro de outra oração.

### Questão 12

Para que haja adequação da linguagem de acordo com o gênero textual apresentado, é necessário que elementos e mecanismos gramaticais sejam observados, o estabelecimento da concordância é um deles. Em “A julgadora lembra que acontecimentos do tipo, em geral, não são comunicados às autoridades tamanho vergonha, constrangimento e humilhação causados nas vítimas.” (8º§), pode-se afirmar que em relação ao(s) termo(s) destacado(s):

- A) É facultativo o emprego de “causados” ou “causado” no trecho destacado.
- B) Ao substituir “acontecimentos” por “acontecimento”, “causados” não sofrerá alteração.
- C) Não é possível a substituição de apenas um deles, sendo substituído “acontecimentos”, “causados” também será substituído.
- D) Haveria correção se “causados” fosse substituído por “causada” em referência ao termo “humilhação”, mantendo-se a correção semântica do texto original.

### Questão 13

Indique a seguir a reescrita em que não há prejuízo das informações originais e da correção gramatical do trecho destacado: “Para a julgadora, a jovem deixou de ser acolhida até mesmo pelas mulheres empregadas das duas reclamadas e a fala da aprendiz foi desqualificada, tanto no ambiente laboral quanto na audiência.” (7º§)

- A) “A jovem deixou de ser acolhida até mesmo pelas mulheres empregadas das reclamantes para a julgadora, sendo a fala da aprendiz desqualificada, no ambiente laboral e na audiência.”
- B) “Segundo a julgadora, deixou-a de ser acolhida até mesmo pelas mulheres empregadas das duas reclamadas e a fala da aprendiz foi desvalorizada, tanto no ambiente laboral quanto na audiência.”
- C) “Conforme a julgadora, a jovem não foi acolhida até mesmo pelas mulheres empregadas das duas reclamadas, sendo a fala da aprendiz desqualificada, tanto no ambiente laboral quanto na audiência.”
- D) “Para a julgadora, a jovem deixou de ser acolhida inclusive pelas mulheres empregadas – das duas reclamadas –, a fala da aprendiz foi desqualificada, tanto no ambiente de trabalho quanto na audiência.”

### Questão 14

O título apresenta uma estrutura sintática que permite:

- A) Diferenciar o agente da ação verbal.
- B) Reconhecer o agente da ação verbal.
- C) Identificar a justificativa da ação verbal.
- D) Indicar o sujeito da oração como agente da ação verbal.

### Questão 15

Observe a tirinha a seguir:



(Quino. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes 2000, p. 301.)

Pode-se afirmar que a tirinha apresenta:

- A) Pontos de vista diferentes sobre um mesmo assunto.
- B) Emprego predominante de linguagem informal e adequada de acordo com o gênero textual.
- C) Refutação como recurso argumentativo em relação ao ponto de vista expresso acerca do destino da humanidade.
- D) Formato híbrido em que as características de gêneros textuais são observadas em um único texto, a saber: tirinha e fotonovela.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA**

**Questão 16**

“Assim como no setor privado, a principal dificuldade das organizações públicas, na implementação de uma gestão estratégica, está na fase de execução. Além da complexidade ligada à dinâmica dos novos tempos, em que a única constante é a mudança, outros fatores interferem negativamente na implementação, a exemplo da falta de clareza da estratégia para os colaboradores; da ausência de vínculo da estratégia com a alocação de recursos; e, do pouco tempo disponibilizado pelos gestores para a gestão da estratégia.” Baseado no texto anterior, assinale a afirmativa que apresenta um contrassenso com a realidade da gestão estratégica na administração pública brasileira.

- A) A implementação de modelos de gestão estratégica na administração pública, por si só, não garante execução do que foi planejado. É preciso liderança, mobilização e uma efetiva comunicação da estratégia para que mudanças comportamentais ocorram.
- B) No Brasil, a alternância de poder, que é inerente ao processo democrático, tem reflexos positivos para a gestão estratégica, já que um governante deve garantir a continuidade de todos os planos e ações da gestão anterior, pelo período integral de seu mandato.
- C) Na administração pública, a rigidez do orçamento público implica menor flexibilidade e menor celeridade no processo de execução de decisões estratégicas. Nesse sentido, o planejamento deve ser, o mais possível, alinhado com o calendário das leis orçamentárias.
- D) Alguns setores da administração pública brasileira ainda se mostram muito carentes de capital humano capacitado. Na implementação de programa de mudança da organização para uma maior orientação estratégica, essa carência pode se mostrar uma barreira importante.

**Questão 17**

“A gestão por competências depende da integração entre sistemas de gestão de pessoas, a exemplo das áreas de treinamento e avaliação de desempenho. Na gestão por competências, a avaliação de desempenho fornece elementos para a elaboração dos programas de capacitação, favorecendo o alinhamento entre conhecimentos, habilidades e atitudes.” Assinale a afirmativa que apresenta uma medida compatível com a ordem constitucional, que favoreça a gestão por competências na administração pública brasileira.

- A) Promoção entre cargos de diferentes carreiras e níveis de escolaridade, mediante aferição do conhecimento em testes e avaliações.
- B) Criação de comissões para fixação e alteração do valor da remuneração, conforme as habilidades individuais de cada servidor público.
- C) Provimento de cargos efetivos por livre nomeação, permitindo a escolha de servidores públicos por suas habilidades e atitudes.
- D) Criação de escolas de governo para formação e aperfeiçoamento de pessoal, facultada a celebração de convênios entre os entes federados.

**Questão 18**

No que tange à gestão dos agentes públicos e normas legais e constitucionais aplicáveis aos servidores públicos, é correto afirmar que prescinde de lei:

- A) Instituição de restrições aos ocupantes de cargos públicos que tenham acesso à informação privilegiada.
- B) Estabelecimento de prazos de prescrição para ilícitos praticados por agente público que cause prejuízo ao erário.
- C) Exoneração de servidor público estável para fins de adequação da despesa de pessoal aos limites da responsabilidade fiscal.
- D) Definição dos critérios de avaliação de desempenho, direitos e obrigações de dirigentes que firmarem contrato de gestão com o poder público.

**Questão 19**

“Na gestão pública, assim como em qualquer gestão privada, um importante desafio é o do trabalho em equipe. Qualquer um que tenha trabalhado em grupo tem experiências positivas e negativas para lembrar. Dentre as principais dificuldades que podem comprometer o desempenho da equipe, destacam-se a coesão excessiva; a conformidade social; e, o pensamento grupal.” Baseado no texto anterior, assinale a afirmativa que apresenta um comportamento positivo nos trabalhos em equipe.

- A) Os integrantes da equipe são instigados a criticar o grupo ao final de um projeto ou etapa, a fim de criar um clima constante de autoavaliação.
- B) O grupo é orientado a acreditar fortemente em suas ideias e rejeitar opiniões externas, como forma de preservar a harmonia entre seus integrantes.
- C) O grupo deve analisar somente os argumentos favoráveis à deliberação, deixando de analisar argumentos contrários, visando a acelerar o processo decisório.
- D) O integrante de um grupo deve concordar com os demais integrantes que já formaram maioria, sem realizar análise crítica do problema, evitando conflitos de opinião.

**Questão 20**

“Na gestão de projetos, o processo dinâmico de tomar decisões sobre a utilização de recursos para realizar objetivos compreende cinco principais etapas que devem estar interligadas: planejamento; organização; execução; controle; e, encerramento.” Baseado no texto anterior, assinale a afirmativa que apresenta uma ação compatível com a etapa apontada.

- A) Controle: fechamento das contas e dos contratos, desmobilização da equipe e entrega efetiva do produto do projeto.
- B) Planejamento: esclarecimento do problema e das necessidades, previsão de prazos, definição de custos e previsão de recursos.
- C) Organização: comparação das previsões com o desempenho real, analisando os resultados e verificando as entregas do projeto.
- D) Execução: montagem das condições de trabalho, alocação de recursos e constituição das equipes que irão realizar a missão do projeto.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 21**

“Nos serviços de atendimento ao público, o objetivo do bom relacionamento com o cidadão vai além de garantir a interação democrática. É dever do Estado facilitar a geração constante de soluções inovadoras e tecnológicas, em um ciclo alimentado tanto pela eficiência e presteza do atendimento quanto pela confiabilidade das respostas às demandas.” Uma das normas que mais afetou, positivamente, os serviços de atendimento ao público, potencializando o dever de transparência ao cidadão é a Lei

- A) da Ação Popular.
- B) de Acesso à Informação.
- C) da Responsabilidade Fiscal.
- D) de Improbidade Administrativa.

**Questão 22**

“\_\_\_\_\_ na formulação proposta pelo Banco Mundial é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento. O referido conceito seria, nessa visão, distinto do de governabilidade, que descreve as condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político.” Considerando os conceitos que aparecem de forma sistemática na literatura contemporânea sobre o Estado, assinale o termo técnico que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Governança
- B) *Accountability*
- C) Sustentabilidade
- D) Empreendedorismo

**Questão 23**

“\_\_\_\_\_ em sentido amplo é o estudo dos juízos de valor que dizem respeito à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto. Tem como objeto de estudo uma forma adequada de comportamento humano que os homens julgam valiosa, necessária e obrigatória.” Assinale o termo técnico que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Ética
- B) Moral
- C) Filosofia
- D) Sociologia

**Questão 24**

Ao servidor público não é permitido desprezar o elemento ético de sua conduta. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear sua conduta profissional. De acordo com os princípios que regem a administração pública, suas decisões devem ser tomadas considerando as seguintes dicotomias, EXCETO:

- A) O justo e o injusto.
- B) O honesto e desonesto.
- C) O oportuno e o inoportuno.
- D) O vinculado e o discricionário.

**Questão 25**

“A evolução do papel do Estado implica constantes reformas administrativas visando não só a reestruturação organizacional, mas também a consolidação do processo democrático; o equilíbrio fiscal; e, a boa prestação dos serviços públicos. Para isso, o Estado tem adotado, cada vez mais, uma gestão empreendedora, buscando ser mais eficiente; eficaz; e, efetivo.” Uma das reformas do Estado adveio da Emenda Constitucional nº 19, em 1998, podendo se apontar como novo instrumento da administração pública gerencial:

- A) Realização de concursos públicos de provas ou provas e títulos para ingresso nos cargos públicos efetivos.
- B) Vedação de acumular cargos públicos de nível médio com cargos públicos científicos ou de natureza técnica.
- C) Aplicação, em programas de qualidade, de recursos orçamentários oriundos da economia com despesas correntes dos órgãos.
- D) Criação de regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

**Questão 26**

A Lei Estadual nº 869, por ser datada de 1952, possui diversas normas que não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, considerando que só estão vigentes os dispositivos compatíveis com o texto constitucional, é correto afirmar que:

- A) A exigência, no ato da posse, do compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, perdura até os dias atuais.
- B) A posse por procuração era permitida em casos especiais, contudo, após a Constituição de 1988, a prática passou a ser vedada.
- C) Se a posse não ocorrer no prazo previsto na lei, o candidato nomeado será demitido, dando lugar ao próximo aprovado no concurso.
- D) A transferência de um cargo para outro permite, mediante seleção interna, migrar do cargo efetivo de Oficial para o cargo efetivo de Analista.

**Questão 27**

A Lei Estadual nº 869/1952, naquilo que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, cuida dos direitos dos servidores, vantagens e concessões. Quanto ao tema, é correto afirmar que:

- A) A ajuda de custo é uma indenização paga para custear o deslocamento diário do servidor, de casa para o trabalho e vice-versa.
- B) É caso de falta leve, punível com a advertência funcional a concessão indevida de diárias ao servidor que não se deslocar da sede.
- C) A função gratificada é suspensa durante os períodos de férias, licença médica e ausência do servidor, salvo por motivo de força maior.
- D) A diária é devida nos casos de deslocamento eventual da sede, por motivo de trabalho, sendo considerado como sede, a localidade do exercício.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 28**

A Lei Estadual nº 869/1952 estabelece regras sobre o regime disciplinar dos servidores estaduais. Conforme previsto na norma, ao servidor é:

- A) Permitido fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição e promover manifestações de apreço.
- B) Vedado retirar, em qualquer hipótese, documento ou objeto da repartição ainda que autorizado por agente competente.
- C) Permitido zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado, devendo exercer com desídia as suas atribuições legais.
- D) Vedado contar a pessoa estranha à repartição, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados, salvo nos casos previstos em lei.

**Questão 29**

Quanto à Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, considere que Marcondes é membro do Ministério Público. Caso exerça uma função de magistério, em concomitância com as atribuições do seu cargo, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, tal exercício:

- A) É hipótese de vedação constitucional.
- B) Não configura hipótese de acumulação.
- C) Depende de autorização do governador do Estado.
- D) Configura acumulação ilícita, se realizada durante o dia.

**Questão 30**

Ana, Oficiala do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), recebeu documentos e procedimentos extrajudiciais para a devida tramitação segundo o Manual de implantação do Modelo de Operação Padrão de Promotorias de Justiça (MOPP). Em relação às regras previstas em tal documento para a realização da tarefa, é correto afirmar que Ana deverá:

- A) Orientar ao interessado, em caso de recebimento via *e-mail*, que notícias de fato deverão obrigatoriamente ser realizadas via um dos canais de atendimento presencial fornecidos pelo MPMG.
- B) Rejeitar quaisquer documentos recebidos via *WhatsApp*, uma vez que a ferramenta de troca instantânea de mensagens não se presta a servir de meio de comunicação válido de atos no âmbito do MPMG.
- C) Dispensar o registro no Sistema de Registro Único dos atendimentos ao público realizados por *e-mail* que não caracterizem recebimento de notícia de fato, tampouco sejam relativos a algum procedimento em curso.
- D) Encaminhar a documentação diretamente ao Promotor de Justiça prevento sempre que, no momento da distribuição, seja encontrado no Sistema de Registro Único registro de algum procedimento, cujo objeto seja análogo ao da notícia de fato a ser distribuída (repetição ou complementação de informações), ressalvada determinação contrária em vigor na Comarca.

**Questão 31**

No exercício de suas atribuições, o Oficial do Ministério Público, na especialidade serviços diversos, deverá exercer atividades que pressuponham fé pública ou manifestação de vontade direta do órgão ministerial, além de outras de cunho administrativo, ordenadas pelo superior hierárquico, tais como: realização de citações; intimações; e, demais diligências determinadas. De acordo com o Manual de Implantação do Modelo de Operação Padrão de Promotorias de Justiça (MOPP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, no que tange à elaboração e emissão de notificações ou intimações.

- ( ) As comunicações, no âmbito do MPMG, deverão, preferencialmente, ocorrer por meio eletrônico.
- ( ) Após elaboração, notificações ou intimações serão disponibilizadas à assinatura do Promotor de Justiça, seja mediante impressão, seja via *e-mail* institucional do servidor que os tenha confeccionado, o que deve ser previamente acordado com aquele.
- ( ) Em se tratando de notificações ou intimações editais, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do MPMG, é desnecessária a afixação de cópia em quadros de aviso na sede da Promotoria de Justiça.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, F, F.

**Questão 32**

De acordo com o Manual de Implantação do Modelo de Operação Padrão de Promotorias de Justiça (MOPP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), especificamente com relação a procedimentos de natureza criminal, é INCORRETO afirmar que:

- A) Os procedimentos de natureza criminal (Notícia de Fato Criminal, Procedimento Investigatório Criminal e Procedimento Investigatório Criminal Eleitoral) são dispensados de serem arquivados perante o Poder Judiciário.
- B) Será registrado na capa dos autos do Procedimento Investigatório Criminal o prazo previsto para a prescrição, em tese, da infração penal objeto da investigação. Havendo dúvida, será consultado o Promotor de Justiça.
- C) Após registro no sistema próprio, da remessa da Notícia de Fato ou do Procedimento Investigatório Criminal ao Poder Judiciário, os autos e o respectivo recibo de remessa serão entregues à expedição, que colherá protocolo da entrega no cartório distribuidor da Comarca.
- D) Salvo determinação contrária do Promotor de Justiça, o noticiante será comunicado do arquivamento da Notícia de Fato Criminal, do Procedimento Investigatório Criminal ou do Procedimento Investigatório Criminal eleitoral após distribuição do requerimento ao Judiciário, devendo constar da comunicação o número atribuído aos autos no ato da distribuição.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 33**

Sobre as previsões do Manual de implantação do Modelo de Operação Padrão de Promotorias de Justiça (MOPP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), analise as afirmativas a seguir.

- I. Não será admitida a conexão de dispositivos privados (*pendrive*) do solicitante nos equipamentos da Promotoria, podendo aquele fornecer CDs ou DVDs para a finalidade de gravação de arquivos digitais.
- II. Ao redigir termo de informações, o servidor primará pela clareza do documento, colherá todos os meios de contato com o cidadão e atentar-se-á aos aspectos que permitam delinear com precisão o fato narrado.
- III. Identificada situação de urgência, o servidor informará imediatamente ao Promotor de Justiça ou Coordenador da Comarca, independentemente de regras de prioridade.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

**Questão 34**

Quanto à Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, considere que Mercedes integra órgão colegiado do Ministério Público. Será considerada hipótese de suspeição de parcialidade, caso a servidora se manifeste em casos que envolvam:

- A) Interesse particular do cônjuge de Mercedes.
- B) Interesse do filho da tia de Mercedes, por parte de pai.
- C) Autoridade de qualquer setor próximo ao setor de lotação de Mercedes.
- D) Autoridade que tenha julgado processo administrativo em que Mercedes foi parte.

**Questão 35**

Dentre as alternativas a seguir, NÃO corresponde a um procedimento citado no Manual de Implantação do Modelo de Operação Padrão de Promotorias de Justiça (MOPP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG):

- A) Notícia de Fato.
- B) Procedimento Preparatório Eleitoral.
- C) Procedimento Investigatório Criminal.
- D) Procedimento Administrativo Disciplinar.

**NOÇÕES DE DIREITO**

**Questão 36**

Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa que aponta uma das diretrizes expressas da política de pessoal na gestão dos servidores públicos.

- A) Profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público.
- B) Inovação e uso de tecnologia para apoiar o servidor público.
- C) Adaptabilidade do servidor público aos diversos eixos temáticos.
- D) Fortalecimento das lideranças integradas aos quadros de pessoal.

**Questão 37**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do Judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. A partir deste escopo, é tarefa do CNJ:

- A) Definir o orçamento anual dos tribunais estaduais e federais, os planos de metas, bem como os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário.
- B) Regular os cartórios extrajudiciais e atestar a autenticidade e garantir a segurança e a eficácia a todos os atos jurídicos praticados no país por estas serventias.
- C) Com base no relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o país, formular e executar mudanças legislativas que visam à eficiência da justiça brasileira.
- D) Julgar processos disciplinares em face de magistrados, assegurada ampla defesa, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas.

**Questão 38**

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A soberania popular se manifesta, no regime constitucional brasileiro, através do voto direto e secreto do cidadão em seu candidato. Dessa forma, a troca de partido daquele que for eleito, após sua eleição, frustra o voto do eleitor e determina a perda do mandato.
- ( ) Para o desmembramento de Estado ou Município, a Constituição Brasileira determina a realização de plebiscito, que deve ser restrito à população da parte desmembrada.
- ( ) Não ofende os princípios da soberania popular, economicidade, legitimidade e normalidade dos pleitos eleitorais a aplicação de dispositivo legal que determine a realização de novas eleições no caso de decisão da Justiça Eleitoral, que importe na perda de mandato de candidato eleito.

**A sequência está correta em**

- A) F, F, V.
- B) V, F, F.
- C) V, V, F.
- D) F, V, V.

**Questão 39**

“Representa o Estado judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que sobre ela dispuser, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo.” Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, a afirmativa anterior se refere à:

- A) Defensoria Pública.
- B) Promotoria Pública.
- C) Procuradoria-Geral.
- D) Advocacia do Estado.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 40**

As regras de distribuição de competências legislativas são alcances do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Considerando a afirmativa anterior, a análise das competências concorrentes (União, Estados-Membros e Municípios) deverá:

- A) Destacar a competência remanescente dos Estados, em especial em sede de normas gerais.
- B) Fazer prevalecer o fortalecimento das autonomias locais e o princípio da predominância do interesse.
- C) Priorizar o interesse da União, quando concorrer com os Estados-Membros, para que a uniformidade legislativa nacional seja garantida.
- D) Obedecer ao modelo adotado no Brasil de competência concorrente, cumulativa ou horizontal, em que todos os entes públicos podem legislar sobre a mesma matéria.

**Questão 41**

Determinada lei estadual dispõe ser possível ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, sem que haja questão disciplinar envolvida, afastar membro do Ministério Público de sua lotação, nomeando outro em seu lugar, na presença de excepcional interesse público, envolvido e ouvido o Conselho Superior do Ministério Público. Podemos afirmar que esta lei é:

- A) Inconstitucional, porque fere o princípio do promotor natural.
- B) Legal, uma vez que se mostra compatível com o interesse institucional.
- C) Constitucional, zelando pela proteção do melhor para o interesse público.
- D) Constitucional, porque o Procurador-Geral tem poderes de gestão do Ministério Público.

**Questão 42**

O conjunto dos direitos sociais foi constitucionalmente consagrado como uma das espécies de direitos fundamentais, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de atendimento obrigatório em um Estado Social de Direito. Observada a afirmativa anterior, considere que dispositivo de lei registra que a mulher grávida será apartada das atividades insalubres, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança que recomende o afastamento durante a gestação. Esta norma é:

- A) Illegal, por não discriminar os graus de insalubridade que seriam suportáveis pela mulher gestante.
- B) Compatível com a Constituição, por proteger a mulher e o nascituro, desde que atestado risco à saúde.
- C) Compatível com a Constituição, por permitir o afastamento da mulher de atividade insalubre, desde que haja recomendação médica.
- D) Inconstitucional, uma vez que condiciona a proteção à mulher gestante e ao nascituro a apresentação de documento, o que reduz a tutela dos direitos sociais indisponíveis.

**Questão 43**

O inciso I do Art. 37 da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte...

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

**Esta norma constitucional, quanto aos estrangeiros, é caracterizada como:**

- A) Princirológica.
- B) De eficácia plena.
- C) De eficácia contida.
- D) De eficácia limitada.

**Questão 44**

Determinado vereador requereu, junto ao chefe do Poder Executivo local, na qualidade de parlamentar e de cidadão, acesso a documentos e informações sobre a gestão municipal, não havendo sigilo quanto à documentação pretendida que, entretanto, não foi disponibilizada pelo Prefeito, sob a escusa de que o pedido deveria ter sido formulado pela Casa Legislativa à qual pertence o vereador. A decisão do Prefeito está:

- A) Incorreta, ferindo o direito de todo cidadão a obter informações do governo, mesmo que para fins privados.
- B) Incorreta, já que o vereador é representante do povo, eleito pelo voto majoritário, e é competente para fiscalizar a gestão pública.
- C) Correta, eis que se trata de um vereador, membro do Poder Legislativo, havendo que respeitar o princípio da separação dos poderes.
- D) Correta, uma vez que o pedido, sendo institucional, deveria ter sido formulado pela Câmara Municipal de Vereadores e não por um de seus membros.

**Questão 45**

Considere que um servidor público tenha praticado um ato administrativo com a intenção de utilizar verba pública destinada à divulgação de atos oficiais, utilizando-a para a promoção de sua imagem pessoal. Neste caso, quanto aos requisitos de validade do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) A motivação, requisito de validade essencial, não se encontra adequada, o que produz a ilegalidade quanto à causa do ato administrativo.
- B) A forma, elemento de validade que compõe o fundamento do ato administrativo, impede o uso da verba pública para finalidade de promoção pessoal.
- C) A utilização da verba para fins de promoção da imagem pessoal do servidor público constitui vício absoluto do ato, pois afeta o requisito da finalidade.
- D) A promoção pessoal do servidor público não é vedada, todavia, o ato padece de vício de competência, já que a liberação de verbas públicas depende de lei.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 46**

Considere a distinção entre sujeito ativo e passivo do ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- A) Para figurar como sujeito ativo do ato de improbidade administrativa, não se exige que o agente público seja um servidor público em sentido estrito.
- B) O agente político pode figurar como sujeito passivo do ato de improbidade administrativa, desde que a conduta dolosa afete seu subsídio ou remuneração.
- C) Figurando pessoa jurídica como sujeito ativo do ato de improbidade administrativa, o ilícito também será imputado, de forma solidária, aos sócios e diretores.
- D) O agente causador do dano poderá responder, excepcionalmente, por conduta culposa, se um órgão da administração direta figurar como sujeito passivo do ato de improbidade.

**Questão 47**

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- A) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.
- B) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- C) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- D) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

**Questão 48**

No contexto da administração pública, o contratado responde por faltas cometidas na celebração e execução dos contratos administrativos. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa que apresenta sanção aplicável em caso de cometimento de infrações administrativas:

- A) Multa, aplicável em casos de dano ao erário, podendo variar de 5% a 10% do valor do contrato administrativo.
- B) Advertência, que não pode ser aplicada nos casos em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato.
- C) Declaração de inidoneidade para contratar, aplicável apenas no caso de apresentação de documentação falsa no certame.
- D) Impedimento de licitar e contratar, que pode ser aplicado quando o contratado der causa à inexecução total do contrato.

**Questão 49**

Quanto ao tema organização da administração direta e indireta, assinale a afirmativa correta.

- A) A aquisição da personalidade jurídica de uma fundação pública de direito privado se dá com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- B) São características das autarquias: criação por lei específica; personalidade jurídica de direito público; capacidade de autoadministração; especialização dos fins ou atividades; e, não sujeição a controle ou tutela.
- C) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- D) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade limitada, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

**Questão 50**

Para o atendimento dos interesses da coletividade, o Estado pode se organizar administrativamente de diferentes formas. No caso em que a atividade estatal é realizada por meio de órgão público que se subdivide em órgãos menores, todos integrantes da estrutura administrativa interna do ente da federação, é correto afirmar que:

- A) O serviço público é prestado de forma direta e descentralizada.
- B) A descentralização administrativa decorre de outorga verticalizada de serviços.
- C) O órgão de maior hierarquia denomina-se entidade administrativa personificada.
- D) A existência de órgãos de menor hierarquia denomina-se concentração administrativa.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISCURSIVA/REDAÇÃO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
<b>Valor total da Prova</b>		<b>20 pontos</b>

**Texto I**

**“Temos um papel fundamental na sociedade, primeiro por existir nela e não nos esconder”, afirma servidor do MPMG que é deficiente visual**

Há 28 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro, com o objetivo principal de conscientizar a população a respeito da importância de assegurar uma melhor qualidade de vida a todos os deficientes ao redor do planeta. Conforme o órgão internacional, aproximadamente 10% da população do mundo possui algum tipo de deficiência, seja ela física, auditiva, visual, mental ou múltipla, quando duas ou mais deficiências estão associadas.

Nas últimas décadas, a sociedade deu passos importantes na garantia dos direitos desse grupo, figurando como marco principal a edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, que compilou uma série de conquistas que estavam em andamento e pavimentou o caminho para novos avanços.

*(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/campanhas/temos-um-papel-fundamental-na-sociedade-primeiro-por-existir-nela-e-nao-nos-esconder-afirma-servidor-do-mpmg-que-e-deficiente-visual.shtml>.)*

# CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Texto II

Trazer a diversidade para dentro da sua empresa se traduz em identificação com a diversidade de consumidores e inovação para oferecer melhores soluções de produtos e serviços para esse mercado. A inclusão passa a ser valorizada e não tratada apenas como um processo social com cunho assistencialista.

Diante disso, acredito que estamos passando por uma nova transição de conceitos. Para esse novo movimento, cunhamos o termo de “valorização social”, onde a diversidade passa a ser desejada pelas organizações. A grande diferença entre a inclusão e a valorização é a nova visão com relação às pessoas com deficiência.

(Por: Jaques Haber. Disponível em: <https://gptw.com.br/conteudo/artigos/valorizacao-pessoas-com-deficiencia/>.)

## Texto III

[...] para compreender a importância da valorização humana e como a inclusão social é necessária no combate às desigualdades, é de extrema relevância entender alguns conceitos que durante anos se aprimoraram, devido às mudanças ocasionadas na sociedade.

Primeiramente, o termo deficiente passou por diversas modificações e de acordo com o Artigo 2º do EPD “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASIL, 2015)

Define-se inclusão social como “conjunto de ações que garantem a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos”. (SIGNIFICADOS, 2017)

(Adriana Xavier Araújo, Ana Paula Monteiro, Gladson Eduardo Gonçalves. Valorização Humana: Discriminação às pessoas com deficiência e as mudanças decorrentes da Lei nº 13.146/2015 na busca por garantias e inclusão social. Disponível em: <https://adrianaxavieraraujo.jusbrasil.com.br/artigos/555819303/valorizacao-humana-discriminacao-as-pessoas-com-deficiencia-e-as-mudancas-decorrentes-da-lei-13146-2015-na-busca-por-garantias-e-inclusao-social>.)

## Texto IV



(Disponível em: [https://sincronizaeducacao.com.br/wp\\_sincroniza/wp-content/uploads/2021/07/Manual-de-Diversidade-Versao-externa-2.pdf](https://sincronizaeducacao.com.br/wp_sincroniza/wp-content/uploads/2021/07/Manual-de-Diversidade-Versao-externa-2.pdf).)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**“Além da inclusão, a valorização das pessoas com deficiência na sociedade brasileira”.**

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO





## INSTRUÇÕES

**O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.**

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.